



Demonstrações Contábeis

Rua Clementino Câmara, 234 • Barro Vermelho • CEP 59030-330 • Natal/RN • Brasil • Tel: 84 4006.1600 • www.caccdurvalpaiva.org.br

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Valores em R\$ 1.00			
ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		871.303	649.826
Caixa e Equivalentes de caixa	4	686.639	555.586
Convênios a Receber	5	148.270	62.358
Outros Créditos	6	28.109	23.179
Despesas Antecipadas		8.284	8.704
NÃO CIRCULANTE		4.349.553	4.462.846
DEPÓSITOS JUDICIAIS		2.000	-
Depósitos Judiciais		2.000	-
IMOBILIZADO	7	4.323.779	4.460.737
Bens imóveis		4.280.781	4.280.781
Bens móveis		2.066.933	2.070.860
(-) Depreciação Acumulada		(2.023.935)	(1.890.904)
INTANGÍVEL	8	22.649	984
Software ou Programas de Informática		23.679	1.679
(-) Amortização Acumulada		(1.031)	(695)
COMPENSAÇÃO ATIVA		1.125	1.125
Bens em Comodato		1.125	1.125
TOTAL DO ATIVO		5.220.855	5.112.672
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Valores em R\$ 1.00			
PASSIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		1.250.022	937.746
Fornecedores		90.249	98.139
Obrigações com Empregados	9	257.115	243.600
Obrigações Tributárias - Retenções		173	1.407
Recursos de Convênios em Execução	10	538.277	215.853
Provisões Trabalhistas	9	338.620	356.765
Outras Obrigações		12.816	13.638
Contas a Pagar		11.226	6.874
Consignação a Pagar		1.547	1.470
NÃO CIRCULANTE		21.155	21.155
Processos Judiciais	11	20.030	20.030
Compensação Passiva		1.125	1.125
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	3.949.678	4.153.772
Patrimônio Social		4.009.533	4.033.685
Superávit/Déficit do Exercício		(59.855)	120.087
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.220.855	5.112.672
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS/DÉFICITS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

DISCRIMINAÇÃO	Nota	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL		4.500.636	4.821.257
Receitas com Restrições	13	131.698	306.810
Receitas sem Restrições	14	4.368.938	4.514.448
CUSTOS OPERACIONAIS	15	(3.378.680)	(3.581.376)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		1.121.956	1.239.881
DESPESAS OPERACIONAIS		(1.206.935)	(1.024.493)
Administrativas		(39.706)	(52.695)
Manutenção da Casa		(766.104)	(724.110)
Depreciação e Amortização		(284.200)	(149.348)
Despesas Tributárias		(3.887)	(1.073)
Despesas com Veículos		(113.038)	(97.267)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		—	(14.080)
Perdas Eventuais		-	(14.080)
RESULTADO FINANCEIRO		(80.040)	(81.221)
Despesa Financeira		(111.749)	(121.940)
Receita Financeira		31.709	40.719
RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		105.165	—
Despesas não Operacionais		(180)	-
Receitas não Operacionais		105.345	-
DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		(59.855)	120.087
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

DISCRIMINAÇÃO	Nota	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT/DÉFICIT	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2015		3.701.540	307.953	4.009.493
Incorporação do Déficit do exercício Anterior		-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	12.1	-	24.191	24.191
Resultado do Exercício de 2016		3.701.540	452.231	4.153.772
Saldo em 31 de dezembro de 2016		3.701.540	452.231	4.153.772
Incorporação do Superávits Acumulados		-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	12.1	-	(144.239)	(144.239)
Resultado do Exercício de 2017		3.701.540	(59.855)	(59.855)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		3.701.540	248.138	3.949.678

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit/Déficit do Exercício	(59.855)	120.087
Ajustes do Exercício Anterior	(144.239)	24.191
Depreciação/Amortização	133.013	149.507
Superávit/Déficit Ajustado	(71.081)	293.785
Aumento/(Diminuição) nos Ativos Circulantes	(90.001)	200.551
Convênios a Receber	(85.912)	197.950
Créditos	(4.509)	(1.831)
Despesas Antecipadas	420	4.432
Aumento (Diminuição) nos Ativos Não Circulantes	(2.000)	2.878
Depósitos Judiciais	(2.000)	2.878
Aumento/(Diminuição) nos Passivos Circulantes	312.277	(194.077)
Fornecedores de Bens e Serviços	(7.891)	(11.621)
Obrigações com Empregados	13.516	5.676
Obrigações Tributárias	(1.234)	109
Provisões Trabalhistas	(18.145)	54.724
Recursos de Projetos	322.423	(232.510)
Outras Obrigações	(822)	(1.032)
Contas a Pagar	4.352	(9.077)
Consignações a Pagar	77	(346)
Aumento/(Diminuição) nos Passivos Não Circulantes	—	13.032
Processo Judicial	-	13.202
Receita Financeira a Apropriar	-	(170)
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	149.195	316.169
Fluxo de Caixa Atividades Financiamentos		
Empréstimos Bancários	-	-
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos	-	-
Fluxo de Caixa Atividades Investimentos		
(Acréscimo)/Baixa do Imobilizado	4.281	(93.073)
(Acréscimo)/Baixa do Intangível	(22.000)	-
(Acréscimo)/Baixa Empréstimos a Terceiros	(422)	(328)
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimentos	(18.141)	(93.401)
Aumento/(redução) do Caixa e equivalentes de caixa no período	131.054	222.768

DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	555.586	332.817
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	686.639	555.586
Variação das Disponibilidades	131.054	222.768
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA, fundada em 11 de janeiro de 1999, é uma Associação Civil sem fins lucrativos de caráter social-filantrópico, com personalidade jurídica de direito privado registrada no CNAS – CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, tendo por objetivo assistir no acompanhamento do tratamento em Natal, o menor, o adolescente e o adulto com câncer, de família reconhecidamente pobre; abrigar, sem quaisquer ônus, em sua casa no regime de pousadas com alimentação e dormida, o paciente doente e um acompanhante; fornecer tanto quanto possível medicamentos indicados ao tratamento do paciente assistido; desenvolver atividades de lazer adequadas ao estado dos assistidos; esclarecer e promover palestras, eventos de cunho social, educativo e relacionado à saúde para os hóspedes e comunidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas, NBC TG 1000 (R1), em consonância com a ITG 2002 (R1) e NBC TG 07 (R1) e com as disposições contidas na regulamentação determinada pelo Decreto 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei no 12.101 de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social, e da escrituração das demonstrações financeiras dessas entidades, e com a legislação complementar no que lhe é aplicável.

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada pelo método indireto de acordo com a Norma Contábil NBC TG 03 (R3).

As Demonstrações Contábeis, incluindo as Notas Explicativas, estão apresentadas adotando-se como expressão monetária a “unidade de reais” sendo apresentados de forma comparativa ao exercício anterior. A Diretoria Executiva da Entidade autorizou a emissão das Demonstrações em 27 de março de 2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – Ativos e Passivos Circulantes – os ativos estão demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, todos representados por direitos e obrigações de curto prazo;

3.2 – Ativo Imobilizado – Demonstrado ao custo histórico para os bens adquiridos a partir de 1º janeiro de 1996, e os anteriores, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens;

3.3 – Convênios em Execução – Reconhecidos com base na ITG 2002 (R1) e NBC TG 07 (R1), representam a obrigação assumida pela Entidade decorrente dos recursos recebidos ou a receber de contribuições e subvenções governamentais ou de entes privados, com destinação específica para realização no exercício subsequente, conforme objetos específicos pactuados;

3.4 – Receitas – Classificadas na demonstração do Resultado do Exercício em receitas com restrições e receitas sem restrições, sendo respectivamente, as com restrição registradas conforme a aplicação financeira dos recursos na realização dos respectivos projetos, conforme termos de convênios, e as sem restrição, pelo efetivo recebimento das doações auferidas, destinadas ao custeio das operações da Casa.

3.5 – Apuração do Superávit/Déficit – o resultado é apurado pelo regime de competência, incluindo os rendimentos financeiros incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não-circulantes, bem como os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização, quando aplicável.

APRESENTAÇÃO ANALÍTICA DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE CONTAS

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os saldos de caixa, bancos, aplicações e fundos de investimentos de liquidez imediata e são demonstrados ao custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço, segregados em recursos sem restrição e recursos com restrição, classificados de acordo com a ITG 2002 (R1).

As disponibilidades sem restrições são recursos próprios da Instituição, oriundos das receitas auferidas através de doações, enquanto as com restrições se referem a valores recebidos para a aplicação na execução de Convênios e Projetos firmados com terceiros.

Descrição	2017	2016
Caixa	2.550	4.569
Bancos - Recursos sem restrições	20.550	1.732
Bancos - Recursos com restrições	50	64
Aplicações Financeiras - Recursos sem restrições	306.128	237.220
Aplicações Financeiras - Recursos com restrições	357.362	312.001
TOTAL	686.639	555.586

5. CRÉDITOS A RECEBER

Representa os valores a receber de Entidades Privadas ou Entes Governamentais decorrentes da formalização contratual de Termos de Convênios ou de Projetos Assistenciais pactuados com a Instituição, assim discriminados:

Descrição	2017	2016
Criança Esperança - Projeto Viva a Leitura	-	5.190
Convênio Sethas 006/2016	-	57.168
Projeto Viver Feliz	25.000	-
Convênio Usina de Energia - Voltaia	33.032	-
Projeto Fazenda Arte - INEC	24.460	-
Criança Esperança - Proj. Trilha do Desenvolvimento	65.778	-
TOTAL	148.270	62.358

6. OUTROS CRÉDITOS

São representados na sua maior relevância pelos saldos de adiantamentos a empregados e a terceiros, conforme descrito:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos a Fomecedores	225	-
Adiantamentos a Empregados	26.680	22.168
INSS a Recuperar	223	395
Estoque	-	56
Adiantamentos a Terceiros	982	560
TOTAL	28.109	23.179

7. ATIVO IMOBILIZADO

Em conformidade com a NBC TG 01 (R3) – Resolução 1292/10 do Conselho Federal de Contabilidade, a entidade efetuou o teste de recuperabilidade de seus bens imóveis, pelo critério de valor de mercado, através de profissional habilitado, contratado para este fim. O valor contábil líquido desses ativos, não apresentou indicativo de perda por seu valor recuperável, não sendo necessária a constituição de provisão para perda por desvalorização.

O Controle patrimonial iniciado pela Entidade no exercício de 2016, apresenta-se ainda em fase de adequação, requerendo ajustamentos nos parâmetros de registros dos bens quanto a sua classificação, depreciação e movimentações, para posterior alinhamento dos valores apurados e conciliação aos registros contábeis. No quadro abaixo demonstramos a composição do saldo dos bens registrados no ativo imobilizado, evidenciando a movimentação ocorrida comparativamente ao exercício anterior.

Descrição	Tx %	Custo Histórico em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido em 31/12/2017
BENS IMÓVEIS		4.280.781	-	-	4.280.781	(670.387)	3.610.394
Edifícios e Construções	4%	3.202.332	-	-	3.202.332	(180.703)	3.021.629
Bens Imóveis	4%	1.078.449	-	-	1.078.449	(489.684)	588.765
BENS MÓVEIS		2.070.860	147.818	(151.745)	2.066.933	(1.353.547)	713.386
Instalações	10%	29.293	-	-	29.293	(26.684)	2.609
Máquinas e Equipamentos	10%	169.619	28.300	-	197.919	(73.798)	124.121
Móveis e Utensílios	10%	420.035	18.037	-	438.072	(285.950)	172.122
Veículos	20%	597.257	71.990	(151.745)	517.502	(288.778)	228.724
Equipamentos de Informática	20%	337.677	29.491	-	367.168	(224.251)	142.917
Utensílios de Copa/Cozinha	10%	757	-	-	757	(757)	-
Equipamentos Odontológicos	10%	27.400	-	-	27.400	(68.954)	6.510
Equipamentos Hospitalares	10%	68.954	-	-	68.954	(68.954)	0
Lavanderia	10%	14.075	-	-	14.075	(14.075)	0
Benfeitorias	4%	405.792	-	-	405.792	(369.411)	36.381
TOTAL		6.351.641	147.818	(151.745)	6.347.714	(2.023.934)	4.323.779

Descrição	Tx %	Custo Histórico em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido em 31/12/2016
BENS IMÓVEIS		4.280.781	-	-	4.280.781	(499.156)	3.781.625
Edifícios e construções	4%	3.202.332	-	-	3.202.332	(62.610)	3.149.722
Bens Imóveis	4%	1.078.449	-	-	1.078.449	(446.546)	631.903
BENS MÓVEIS		1.977.787	120.953	(27.880)	2.070.860	(1.391.748)	679.112
Instalações	10%	29.293	-	-	29.293	(26.267)	3.026
Máquinas e equipamentos	10%	169.619	-	-	169.619	(55.955)	113.664
Móveis e utensílios	10%	401.687	46.228	(27.880)	420.035	(243.596)	176.440
Veículos	20%	597.257	-	-	597.257	(417.146)	180.111
Equipamentos de Informática	20%	282.953	74.725	-	357.677	(193.233)	164.444
Utensílios de Copa/Cozinha	10%	757	-	-	757	(757)	-
Equipamentos Odontológicos	10%	27.400	-	-	27.400	(18.150)	9.250
Equipamentos Hospitalares	10%	68.954	-	-	68.954	(68.954)	0
Lavanderia	10%	14.075	-	-	14.075	(14.075)	0
Benfeitorias	4%	405.792	-	-	405.792	(353.616)	52.176
TOTAL		6.258.568	120.953	(27.880)	6.351.641	(1.890.904)	4.460.737

8. INTANGÍVEL

Consta nesse grupo os bens não corpóreos passíveis de mensuração os quais atendem as definições estabelecidas na NBC TG 04 (R3).

9. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS E PROVISÕES TRABALHISTAS

Trata-se de obrigações de natureza salarial decorrentes das relações contratuais com empregados, seus respectivos encargos incidentes, bem como, retidos em folha e provisões de férias, conforme descrito:

Descrição	2017	2016
Salários a Pagar	191.415	182.184
INSS a Recolher	18.154	20.703
FGTS a Recolher	29.579	26.621
Mensalidade Sindical	19	-
IRRF s/ Folha a Recolher	14.474	10.708
PIS s/ Folha	3.474	3.384
TOTAL	257.115	243.600

Descrição	2017	2016
Provisões de Férias	310.606	327.251
Encargos S/ Provisões de Férias	28.014	29.514
TOTAL	338.620	356.765

10. RECURSOS DE CONVÊNIOS EM EXECUÇÃO

Referem-se a reconhecimento da obrigação de execução de projetos em decorrência de recursos de convênios recebidos ou a receber das seguintes Instituições/Projetos:

Descrição		2017	2016
Instituto Ronald Mc Donald - Projeto Vida	[a]	248.616	-
Convênio Usina de Energia - Voltalia	[b]	65.998	-
Criança Esperança - Projeto Trilhas do Desenvolvimento		65.778	-
Projeto Viver Feliz	[c]	49.776	31.034
Projeto Fazendo Arte - INEC	[d]	49.470	-
Projeto Registro de Câncer		36.266	-
Instituto Ronald Mc Donald - Projeto Diagnóstico Precoce		22.373	43.408
Criança Esperança - Projeto Viva a Leitura		-	88
CONSEC - Projeto Semeando Vidas		-	18.576
Projeto Classe Hospitalar - CONSEC		-	20.580
Convênio SETHAS 006/2015 - Energia		-	57.168
Projeto Semeando o Amanhã		-	45.000
TOTAL		538.277	215.853

[a] Convênio firmado em dezembro de 2017 entre a Casa Durval Paiva e o Instituto MC Donald, com vigência de doze meses, tem como objeto conhecer *in loco* a situação socioeconômica e cultural das famílias com crianças cadastradas e atendidas pela organização;

[b] Com vigência de setembro de 2017 a setembro de 2018, o convênio firmado entre as partes objetiva a organização e realização do Projeto para a execução de capacitação do diagnóstico precoce do câncer infantil juvenil em São Miguel do Gostoso e Touros;

[c] Firmado entre a Casa Durval Paiva e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Natal, o projeto, com vigência de novembro de 2017 a novembro de 2018, por meio da aplicação de recursos provenientes do Fundo para Infância e Adolescência, no desenvolvimento humano de crianças e adolescentes com câncer e doenças hematológicas, busca promover autonomia e talentos que possibilitem o exercício da cidadania;

[d] Convênio firmado entre a Casa Durval Paiva e o Instituto Nordeste Cidadania tem vigência de setembro de 2017 a setembro de 2018, e como objetivo, contribuir para a inclusão produtiva de mulheres de baixa renda de comunidades do Rio Grande do Norte, por meio de capacitação para a produção de artigos de artesanato e confecção de figurino para apresentações artísticas culturais.

11. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As contingências passivas são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes. Conforme critérios definidos na Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade, entretanto, com base na opinião dos assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2017, não

há Ações para quais o risco de perda fosse classificado como possível.

De acordo com as informações dos nossos assessores jurídicos, na data de reporte do balanço, não existem passivos contingentes de natureza cível ou tributária, havendo Ações Trabalhistas no valor de R\$ 20.030, classificadas como perdas prováveis.

12. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social é composto pelos valores de constituição da CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA, ajustado pelos resultados acumulados de cada exercício encerrado, conforme definido na ITG 2002 (R1).

12.1. Ajustes de Exercícios Anteriores

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade se utilize de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. No exercício de 2017, não houve mudança de política contábil, de critérios ou mudança de tratamento contábil, porém houve retificações de registros, decorrentes do não reconhecimento tempestivo das transações originadas em exercícios passados, conforme demonstrativo a seguir:

Descrição		2017	2016
Estorno de Provisão Indevida	[a]	76.642	24.191
Provisão de Obrigações com Fornecedores		(11.032)	-
Provisão de Obrigações com Encargos		(1.113)	-
Reversão de Receitas Indevidas	[b]	(207.683)	-
Reconhecimento de Depreciação		(1.053)	-
TOTAL		(144.239)	24.191

[a] Valor referente ao estorno de provisões realizadas em duplicidade em exercícios anteriores ou pelo cancelamento da obrigação com o fornecedor e reclassificação da aquisição de itens do ativo imobilizado registrados no resultado de exercícios anteriores.

[b] Trata-se da inversão de registros de receitas reconhecidas em exercício anteriores, pela arrecadação de recursos para a aplicação em projetos. Porém, conforme termos de convênios firmados entre as partes, a realização da receita referente aos recursos dessa natureza se dá pela execução dos projetos a que se destinam.

13. RECEITAS COM RESTRIÇÕES

São reconhecidas quando da aplicação dos recursos dos projetos e convênios nos seus objetos específicos, conforme definido na nota 3.4. No exercício de 2017 houve receitas dos seguintes projetos e convênios:

Descrição	2017	2016
Instituto Ronald - Projeto Vida	42	1.645
Instituto Ronald - Diag. Precoce	640	691
Criança Esperança - Projeto Viva a Leitura	97	53.252
Projeto Coral Bem Viver	-	26.593
Projeto Semeando Vidas	18.662	19.064
Projeto Classe Hospitalar	20.612	1.433
Convênio Sethas	-	1.041
Instituto Lojas Renner - Projeto Festejar	-	44.754
Campanha McDonald 2015	-	35.160
Projeto Viver Feliz	28.000	19.955
Convênio Sethas - 006/2015	18.100	63.152
Projeto Florescer - Fundação BB	-	40.070
Projeto Semeando o Amanhã	45.000	-
Convênio Usina de Energia - Voltalia	109	-
Projeto Fazendo Arte - INEC	45	-
Projeto Registro de Câncer	390	-
TOTAL	131.698	306.810

14. RECEITAS SEM RESTRIÇÕES

São reconhecidas quando da aplicação dos recursos que não possuem objeto específico. A composição das receitas no exercício de 2017 é:

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Senhores

Diretores e Conselheiros da
CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA
Natal/RN

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de superávit ou déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1), e com a Resolução nº. 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião com ressalva

Em 31 de dezembro de 2017, consta no ativo imobilizado da CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA, o saldo de R\$ 4.323.779 (nota explicativa 7), líquido de depreciação, para o quais não evidenciamos existência de controles patrimoniais adequados, tendo em vista os alinhamentos requeridos no levantamento patrimonial e respectivo sistema de informação implantado, não sendo possível validar os saldos existentes na data do balanço, por meio desses controles. Portanto, não estamos em condições de opinar sobre o saldo apresentado no ativo imobilizado e sobre os possíveis efeitos que a conclusão do levantamento patrimonial e a depreciação dos bens possam ocasionar no resultado do exercício e consequentemente no Patrimônio Social da Entidade.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1.000 (R1), e com a Resolução nº. 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Descrição	2017	2016
Doações Avulsas	46.916	66.856
Doações Telemarketing	4.322.022	4.417.592
Prêmio “Todos por um Brasil”	-	30.000
TOTAL	4.368.938	4.514.448

15. CUSTOS OPERACIONAIS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL

Descrição	2017	2016
Salários e Ordenados	2.871.221	2.914.155
Encargos Sociais	299.643	341.785
Projeto Festejar	212	34.613
Projeto Vida	138.402	101.946
Campanha Diagnóstico Precoce	1.242	6.114
Projeto Semeando Vidas	13.669	296
Projeto Abrinq	-	3.546
Projeto Bovespa	27	151
Projeto Criança Esperança	280	23.922
Projeto Coral Bem Viver	-	19.460
Projeto Classe Hospitalar	2.541	4.858
Convênio Sethas	470	370
Convênio Sethas 006/2015 - Energia	-	63.773
Projeto Viver Feliz	17.338	20.652
Projeto Semeando o Amanhã	4.062	5.663
Projeto Florescer Fundação BB	-	40.070
Projeto Por Um Brasil de Leitores	25.527	-
Projeto Cidadão Nota 10	4.000	-
Projeto Fazendo Arte - INEC	45	-
TOTAL	3.378.680	3.581.376

16. CERTIFICAÇÃO ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Entidade faz jus ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, por atender aos requisitos previstos na Lei 12.101/2009 e no Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, tendo sua certificação renovada através da portaria 94/2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, publicada no Diário Oficial da União em 31/08/2015, com validade até 22 de agosto de 2020.

17. ISENÇÕES COM CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em cumprimento ao disposto na Resolução CFC Nº 1409/12, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, apresentamos os valores das isenções de contribuições previdenciárias, e imunidades tributárias decorrente da condição de Entidade Beneficente de Assistência Social Certificada.

Descrição	2017	2016
Contribuições Previdenciárias	857.026	767.663

As imunidades tributárias usufruídas com os impostos incidentes sobre as receitas não estão sendo apresentadas, pois as receitas sem restrições da Entidade são na sua totalidade decorrentes de doações, inexistindo receitas de prestação de serviços, e portanto, fato gerador para base de cálculo das imunidades com o PIS, COFINS, ISS, IRPJ e CSLL.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data da autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras, não há evidência de ocorrência de eventos subsequentes relevantes, relacionados com a Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva, que possam ter efeito relevante em suas demonstrações financeiras.

Natal (RN), 31 de dezembro de 2017.

José Luís Leiros Cunha
Contador CRC/RN 5574

Rilder Flávio de Paiva Campos
Presidente
CPF: 261.633.814-91

Os responsáveis pela governança da CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 22 de março de 2018.

CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S
Auditores independentes
CRC/RN 0113/O

Edilúzia Araújo de Oliveira
Contadora
CRC/RN nº 5067/O